ARTIGO

A dimensão de poder sobre os corpos femininos: uma leitura da Gestalt-terapia

The dimension of power over female bodies: a reading of Gestalt Therapy

Lindalva Jéssyka de Oliveira Andrade

Jéssica Queiroga de Oliveira

Leda Mendes Pinheiro Gimbo

RESUMO

O presente artigo contempla a discussão de como se configura, na relação organismo/ambiente, a construção dos corpos femininos sob o enfoque da Gestalt-terapia, abordando a compreensão de violência contra a mulher sendo atravessada por relações de poder e dominação. Diante disso, trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório descritivo, utilizando livros, teses, anais, cartilhas, dissertações e artigos em determinadas bases de dados, com critérios de inclusão e exclusão a partir de uma análise qualitativa. Desse modo, os resultados evidenciam a relevância de compreender a clínica do sofrimento ético, político e antropológico, bem como fortalecer, nas intervenções clínicas, os ajustamentos criadores, a ampliação da awareness e o suporte às funções do self, através de uma implicação profissional não-normativa.

Palavras-chave: Relações de poder. Violência contra a mulher. Corpos femininos. Sexualidade feminina. Gestalt-terapia.

ABSTRACT

This article contemplates the discussion of how, in the relationship between organism and environment, the construction of female bodies is configured under the Gestalt-therapy approach, addressing the understanding of violence against women being crossed by relations of power and domination. Therefore, it is a descriptive exploratory bibliographic research, using books, theses, annals, booklets, dissertations and articles in certain databases, with inclusion and exclusion criteria based on a qualitative analysis. Thus, the results show the relevance of understanding the clinic of ethical, political and anthropological suffering, as well as strengthening, in clinical interventions, creative adjustments, the expansion of awareness and support to the functions of the self,
through a non-normative professional implication.

Keywords: Power relations. Violence against a woman. Female bodies. Female sexuality. Gestalt therapy.

Introdução

A violência contra a mulher abrange atos violentos baseados nas desigualdades de gênero, podendo contemplar o físico, psicológico, sexual e econômico, sendo um problema de saúde pública e uma violação de direitos humanos (OPAS/OMS, 2015). Além de compreender que a mesma é permeada por relações de poder, controle e dominação sobre o feminino, seus corpos e sua sexualidade, é válido enfatizar que o movimento de resistência à essa dimensão abarca uma história de lutas e conquistas, especialmente no que se refere ao movimento feminista (TELES; MELO, 2002). Contudo, ainda existem inúmeras formas de sofrimento e submissão feminina que são naturalizadas no cotidiano, o que torna imprescindível a presença da Psicologia e da Gestalt-terapia nas discussões teóricas e em suas práxis acerca do tema.

Desse modo, uma vez que há na interação organismo/ambiente, elementos culturais, políticos e econômicos, a Gestalt-terapia possui uma discussão significativa sobre os jogos de poder e exigências sociais que permeiam os corpos no laço social em um movimento de alinhamento, inibição de desejos, privação de contato e espontaneidade. Entretanto, são poucos os estudos quanto à essa temática voltada especificamente para o gênero feminino, bem como sobre a formação repressiva da sexualidade das mulheres. Assim sendo, ganham cada vez mais relevância as reflexões a respeito desse processo, considerando o sofrimento que engloba as formas de submissão, docilização e violências contra as mulheres.

Similarmente, a partir do contato da pesquisadora com essa temática durante os estágios, faz-se notória a importância de contribuir para o campo teórico e prático das áreas em questão, contemplando os possíveis meios de resistência em um manejo ético. O objeto de estudo desse trabalho, logo, aborda a construção social dos corpos femininos sob uma perspectiva gestáltica, além do mais, abrange o seguinte problema de pesquisa: Qual a leitura da Gestalt-terapia acerca da dimensão de poder sobre os corpos femininos?

Em vista disso, ressalta-se que o objetivo geral do presente trabalho é discutir como se configura, na relação organismo/ambiente, a construção dos corpos das mulheres sob o enfoque ético-político da Gestalt-terapia. A partir disso, quanto aos objetivos específicos, almeja-se discutir a dimensão de controle que permeia o corpo feminino em um movimento relacional com a cultura e o social, bem como a formação repressiva da sexualidade das mulheres e compreender essas dimensões no âmbito da Gestalt-terapia.

Metodologia

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho exploratório descritivo, onde foram utilizados livros de autores de referência nos debates de gênero, sexualidade, poder e Gestalt-terapia, bem como teses, anais, cartilhas, dissertações e artigos encontrados nas bases de dados Google Acadêmico,

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC). Foram utilizados os descritores "violência contra a mulher", "poder", "corpo feminino", "sexualidade feminina" e "gestalt-terapia", aplicando os seguintes critérios de classificação: publicações após o ano de 2014 e redigidas na língua portuguesa. Dessa maneira, foi realizada a leitura dos títulos e, a partir da variável de interesse, dos resumos das obras, selecionando os que mais se enquadravam para o objeto de estudo em questão para uma leitura mais ampla, em uma análise de dados qualitativa realizada entre fevereiro e outubro de 2019.

Gênero e a construção histórica e sociocultural de corpos femininos dóceis e úteis

Gênero

Os debates acerca de gênero e sexualidade tornam-se cada vez mais relevantes para a compreensão dos sujeitos, seus papéis e violências sofridas por muitos, especialmente pelas mulheres durante a história em diferentes culturas. Dessa forma, salienta-se a contribuição de Beauvoir (1980b, p.9), quando a mesma enfatiza que "Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. [...] é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino". Assim sendo, a autora discute a importância de desnaturalizar os papéis de submissão que perpassam o feminino e compreendê-los com base em uma visão social, econômica, cultural, histórica, política e psicológica.

> A MULHER? É muito simples, dizem os amadores de fórmulas simples: é uma matriz, um ovário; é uma fêmea, e esta palavra basta para defini-la. Na boca do homem o epíteto "fêmea" soa como um insulto; no entanto, ele não se envergonha de sua animalidade, sente-se, ao contrário, orgulhoso se dele dizem: "É um macho!" O termo "fêmea" é pejorativo, não porque enraíze a mulher na Natureza, mas porque a confina no seu sexo. E se esse sexo parece ao homem desprezível e inimigo, mesmo nos bichos inocentes, é evidentemente por causa da inquieta hostilidade que a mulher suscita no homem; entretanto, ele quer encontrar na biologia uma justificação desse sentimento. (BEAUVOIR, 1980a, p.25).

Em concordância, Strey (2007) evidencia o gênero a partir de relações de poder entre homens e mulheres, em um sistema de expectativas culturais que vão muito além do sexo biológico, traçando o modelamento de determinados papéis e de como deve-se pensar, amar, trabalhar e comportar-se, configurando assim hierarquias onde o poder e o controle social são associados à masculinidade, sendo o patriarcado uma de suas formas.

Similarmente, Lauretis (1994) ressalta o conceito de Tecnologia do Gênero, que por sua vez aponta a construção de gênero como produto e processo de representação e autorrepresentação, com implicações concretas na vida material das pessoas,

sendo produto de tecnologias sociais e políticas como cinema, discursos institucionais e práticas cotidianas. Portanto, gênero não é uma condição natural ou uma propriedade dos corpos, mas efeitos produzidos em corpos e relações sociais, culturais, econômicas e raciais, por meio de valores e hierarquias. Conforme a autora, negar o gênero consiste em negar as relações de gênero que validam e naturalizam a opressão sexual das mulheres.

Além disso, Davis (1981/2016) abrange um debate referente à intersecção entre gênero, raça e classe na criação de opressões. Estabelecendo esse nexo entre capitalismo, sexismo e racismo, a autora contempla o domínio, poder e controle existente desde o sistema escravista até os tempos posteriores à abolição da escravatura, a partir da reconfiguração de inúmeras violências para com as mulheres negras, com base nas explorações de seus corpos em esferas econômicas, sexuais, reprodutivas, entre outras.

Dessa forma, faz-se importante discutir questões referentes à violência contra o gênero feminino e sua ligação com as relações de poder sobre os corpos.

Violência e poder sobre corpos femininos

Salienta-se que a violência é um fenômeno complexo e multicausal que transita em questões sociais e problemas de saúde dentro de um contexto histórico e cultural, consistindo no uso da força, poder e privilégios para a dominação, submissão e danos à indivíduos, grupos e coletividades. Algumas formas de violência persistem no tempo e se estendem em quase todas as sociedades, como a violência de gênero (sobretudo do homem contra a mulher), discriminação de raças e desigualdades referentes à idade e sexualidade, sendo estas muitas vezes naturalizadas, o que por sua vez, torna necessária uma ampla desconstrução (MINAYO, 2007/2009).

Similarmente, faz-se relevante discutir as relações de poder que são perpetuadas na sociedade e nas diversas culturas, que atingem os corpos em um movimento de dominação e docilização. Com isso, torna-se notória a contribuição de Foucault (1975/1987) acerca da análise do poder, onde acentua que o corpo se faz presente num campo político, no qual as relações de poder têm alcance sobre ele, organizando, exigindo, dirigindo, sujeitando e exigindo sua utilidade econômica e política pela coerção e dominação. Assim, o corpo só se torna útil quando é produtivo, obediente, submisso e dócil, o que constitui o biopoder como uma forma de governar e regularizar a vida dos corpos e da população como um todo.

Esse corpo dócil e útil é analisável e manipulável, que pode ser submetido, transformado e aperfeiçoado, tendo em vista que um conjunto de técnicas e instituições assumem a tarefa de medir, controlar e corrigir, como dispositivos disciplinares para com os que fogem à norma. O poder disciplinar é modesto e tem função de adestramento, funcionando desde os discursos, os aparelhos pedagógicos, militares, médicos, industriais, religiosos e institucionais, tomando

indivíduos como objeto e instrumento de seu exercício a partir da vigilância hierárquica, da sanção normatizadora e do exame, configurando a microfísica do poder (FOUCAULT, 1975/1987).

Ao comentar Foucault com fundamento em uma perspectiva voltada ao gênero, corpo e sexualidade, Barcellos (2018) ressalta que toda sociedade é pautada em microrrelações de poder com ideologias de padrão comportamental, contemplando sofrimento nos grupos de vulnerabilidade. Ainda, problematiza-se as seguintes concepções da sociedade patriarcal: a mulher como histérica sendo definida por limitações e fraquezas, o masculino enaltecido em seu vigor dominante sobre o feminino, a criança como um ser sem sexualidade e as transidentidades tratadas como enfermidades. Essas concepções, segundo a autora, serviram de motivo ao biopoder para enquadrar o sexo em uma matriz heteronormativa e cisnormativa, mantendo sujeitos controlados. Outrossim, faz-se necessário romper com a ideia de que os gêneros legítimos correspondem ao feminino e masculino encaixados em ordens biológicas, bem como de que as relações devem ser essencialmente heterossexuais e que as demais identidades de gênero se enquadram como errantes.

Também com base nos conceitos de Foucault, Witzel (2014) aponta que nesse contexto a mulher, seu corpo, seu sexo e sua vida passaram a ser efeitos de normalizadores de biopoder, visto que a ela cabia atribuições de cuidado da família, submissão e ordem social, o que também gerou violências no âmbito gestacional. Além do mais, o corpo em questão não se trata do material e puramente biológico, mas o corpo imerso na história e na política, fabricado discursivamente em construção simbólica inscrita em redes de poder e resistências.

Corpos femininos para além da dominação, docilização e utilidade: A resistência

A Convenção de Belém do Pará (1996) compreende como violência contra a mulher qualquer ato baseado no gênero que resulte em morte, dano ou sofrimento no campo físico, sexual ou psicológico da mulher, tanto na esfera pública como na privada, perpetrada ou tolerada pelo Estado e seus agentes, podendo assim ocorrer na família, na unidade doméstica, na comunidade, nas instituições ou em qualquer relação interpessoal. Ainda, para Teles e Melo (2002), essa violência deve ser entendida como uma relação de poder e dominação do homem e de submissão, docilização e silenciamento dos corpos femininos a partir de papéis impostos pela sociedade e pela cultura ao longo da história, por meio de costumes, educação e meios de comunicação que reforçam a ideia de poder e controle sob os desejos e a liberdade da mulher.

Em diversas culturas, o corpo feminino foi erigido como objeto misterioso, perigoso, inferior e frágil, sendo censurado e confiscado pelo poder médico, psiquiátrico e religioso, tratado como posse do masculino, onde o poder produziu muito além de repressões, mas subjetividades. Outrossim, acentua-se o relato do Gênesis, no

drama vivido pelo primeiro casal, onde a mulher é responsabilizada por todo sofrimento da humanidade, associando-a ao pecado e impondo-lhe então o silêncio. Apesar dessa construção, a sociedade apresenta avanços e as mulheres seguem lutando por sua autonomia e prestígio (WITZEL, 2014).

Além disso, segundo Wolf (1992), as mulheres conquistaram posições importantes nas últimas décadas, todavia, paralelamente percebe-se um aumento de distúrbios alimentares, cirurgias plásticas, pornografia e a necessidade de corresponder um modelo idealizado de corpo magro e jovem. A reação violenta ao feminismo e à evolução da mulher emprega imagens e conceitos de beleza como um filão de ódio ao feminino: o mito da beleza. Mantendo intacto o domínio masculino sobre esses corpos e sua sexualidade a partir de relações de poder, reforça-se a competitividade e a busca para encaixar-se em padrões de beleza, submissão e docilização.

Para além disso, é cônscio que, ao longo da história, a resistência à violência e dominação dos corpos das mulheres em suas diversas esferas, inclusive as simbólicas, tem se dado por meio de movimentos com forças para produzir espaços de liberdade e afirmação da vida. Subvertendo os discursos patriarcais, os corpos femininos transgridem o espaço normativo, reivindicam e conquistam novos modos de existência. Isto posto, o movimento feminista se destaca pela visibilidade que propiciou para as mulheres como sujeitos políticos, questionando a condição das mesmas, discutindo identidade de gênero e lutando pela garantia de direitos (TEDESCHI; TEDESCHI, 2019).

Como um dos grandes avanços e resistência no Brasil, salienta-se a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), com o objetivo de coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, reconhecendo as seguintes formas em que a mesma pode se apresentar: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Ademais, enfatiza que toda mulher, independe de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, deve ser assegurada e gozar dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Além disso, é imprescindível frisar a diversidade e a pluralidade das configurações do feminino, que apresentam especificidades em suas vivências, mas união em sua luta contra o machismo e a dimensão de poder que afetam seus corpos. É nessa perspectiva que Galhera e Maso (2017) evidenciam a relevância da visibilidade das mulheres negras, trabalhadoras, quilombolas, índias, trans, bissexuais, lésbicas, queer, latinas, africanas, asiáticas, gordas, com deficiência e todas as diversidades que resistem para romper paradigmas patriarcais e garantir seus direitos de existir.

De acordo com Beauvoir (1980b), as diferenças entre homens e mulheres muitas vezes atribuem características inferiorizantes às últimas, buscando torná-las dóceis, dedicadas, passivas e maternais em submissão e como propriedade dos homens, uma vez que desses é esperado força, agressividade e dominação, gerando assim desigualdade e violência. Entretanto, a autora destaca que as mulheres resistem destronando o mito da feminilidade, afirmando sua independência em uma luta que

deve ser contínua. Em concordância, Pereira e Cardoso (2018) ressaltam que no contexto patriarcal o corpo da mulher acaba sendo o lócus de controle mais extensivo, entretanto, pode também ser local de resistência, inclusive através da sexualidade.

Sexualidade feminina e relações de poder: percorrendo um caminho desde a infância

Sexualidade e poder

Discutir a sexualidade humana requer uma análise abrangente de modo a evitar reducionismos e equívocos, dessa maneira, Nunes (1987/2005) salienta que a mesma contempla a esfera da subjetividade e as implicações de ordem social nas significações e vivências desta, considerando assim não só os níveis biológicos e reprodutivos, mas também o campo psicossocial, abarcando a história, as relações na cultura, a antropologia, a moral e a evolução social. Além disso, Louro (1997/2003) evidencia que, por suas dinâmicas sociais, as identidades de gênero e sexuais são moldadas pelas redes de poder e, diferentes estruturas como classe, raça, religião, gênero e sexualidade não são independentes, mas interligadas, afinal a opressão de cada uma está inscrita no interior da outra.

Sexualidade é muito mais do que sexo, de modo que envolve também papéis sexuais, orientação sexual, erotismo, prazer, envolvimento emocional, amor e reprodução, sendo vivenciada por meio de pensamentos, fantasias, desejos, crenças, práticas, relacionamentos e corporeidade. Em muitas sociedades, expressões da sexualidade são alvo de normas morais, religiosas ou científicas que vão sendo apreendidas desde a infância. Contudo, torna-se importante refletir para além da questão moral, debatendo sobre direitos sexuais, reprodutivos e saúde sexual (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006). Similarmente, Weeks (1999/2000) aborda a sexualidade como uma série de crenças, comportamentos, relações e identidades em construção, portanto, os sujeitos podem exercer e vivenciar sua sexualidade, seu corpo, seus desejos e prazeres de diferentes formas, constituindo assim suas identidades sexuais ao longo da vida.

A partir disso, destaca-se as discussões de Foucault (1976/1988) sobre o biopoder no âmbito da sexualidade, visto que esta é definida pelo autor como um dispositivo histórico e social produzido através de discursos e "verdades", bem como relações de poder sobre o corpo e o sexo, onde instituições escolares, psiquiátricas e familiares têm grande influência, ditando o permitido e o proibido, bem como o normal e o anormal, visando o controle, a submissão e a utilidade. Dessa maneira, o dispositivo da sexualidade relaciona-se também com a economia, especialmente através do corpo que produz e consome.

Ainda, Foucault (1976/1988) evidencia quatro conjuntos estratégicos concernentes ao saber e poder referentes ao sexo: a pedagogização do sexo da criança, a socialização econômica das condutas de procriação, a psiquiatrização do prazer

perverso e a histerização do corpo da mulher, que à sua vez contempla o processo pelo qual este corpo foi analisado, qualificado e desqualificado, saturado de sexualidade e integrado sob efeito de uma patologia considerada intrínseca pelas práticas médicas, além disso, o mesmo foi colocado em comunicação orgânica com o corpo social, o âmbito familiar e em responsabilidade biológica-moral com a vida das crianças.

Violência e sexualidade feminina: Infância, adolescência, idade adulta e senescência

No tocante à sexualidade feminina, Hooks (2018) salienta que o pensamento sexista ensinado às mulheres desde o nascimento abrange a noção de que o domínio do desejo e do prazer sexual são concernentes ao masculino. Desse modo, é cônscio que a passividade feminina é um traço esperado na mulher desde os primeiros anos a partir de imposições dos educadores, da família e da sociedade, assim, quanto mais a criança cresce, mais a noção de superioridade masculina sobre esse corpo se afirma, conforme Beauvoir (1980b).

Evidencia-se que já na infância, meninas e meninos recebem uma educação machista e sexista, onde as primeiras são ordenadas a 'se portarem como mocinhas', utilizando brinquedos específicos muitas vezes relacionados ao cuidar, assim como mantendo as pernas fechadas em suas saias e vestidos, em uma opressão a seus corpos (ARAÚJO, 2014, p.4, grifo do autor). Além disso, segundo Montes (2017), é perceptível na contemporaneidade a sexualização, erotização e adultização de crianças e adolescentes, especialmente do gênero feminino e através da mídia e da publicidade, induzindo também ao hiperconsumismo e reforçando os padrões de beleza, a objetificação das mulheres, a violência e a exploração nas esferas psicológicas, econômicas, físicas e sexuais.

Assim sendo, Guimarães (2019) acentua que historicamente a sexualidade feminina engloba uma dicotomia moral de pureza/impureza e vergonha/não vergonha, sendo representativamente encoberta pela dominante sexualidade masculina. A ideologia da feminilidade, então, enfatiza que meninas devem ser atenciosas, emocionalmente comprometidas, contendo seus impulsos sexuais e acomodando os desejos do homem para o sexo, investindo em um corpo atraente de modo a cultivar a beleza sem expressar sua própria sexualidade.

Portanto, na sociedade contemporânea observa-se a hipersexualização dos corpos femininos desde muito cedo, ao mesmo tempo que discursos institucionais buscam manter as mulheres como crianças ingênuas despojadas de sexualidade. Logo, apesar dos ganhos do feminismo quanto aos direitos sexuais, as táticas de silenciamento, violência sexual e difamação do desejo permanecem enraizadas, tornando imprescindível o diálogo horizontal e desconstruções, indo para além do medo, vergonha e culpa, proporcionando para as meninas e mulheres o conhecimento sobre si, suas relações e seus corpos em constante mudança (GUIMARÃES, 2019).

Enquanto vão crescendo e transformando-se, as mulheres vivenciam violências diversas, referentes ao poder sobre seus corpos, repressão à vivência genuína de suas sexualidades e romantização de relacionamentos abusivos, bem como culpabilizações. No que diz respeito a diversidade de violências, a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) notabiliza a física, psicológica, patrimonial, moral e sexual, sendo esta última referente à condutas que constranjam a mulher a presenciar ou participar de relação sexual não desejada através de intimidação, ameaça ou uso da força, assim como a imposição da comercialização ou utilização da sexualidade e a coação de matrimônio, gravidez, aborto ou prostituição. Ademais, Santana (2014) destaca a importância de refletir também acerca dos aspectos de exploração sexual e econômica presentes em algumas esferas da pornografia e da prostituição, pela objetificação e dominação do corpo feminino e os riscos advindos das mesmas.

Em uma leitura das abordagens sociológicas de Pierre Bourdieu, os autores Viana e Sousa (2014) retratam sobre a violência de gênero e sexual perpassadas sobre um poder simbólico que afeta o feminino, que é visto na sociedade como um objeto de subordinação para manter o capital simbólico que se concentra em forças de dominação, perpetuando o poder masculino por intermédio do pensamento, das ideias e dos ideais, onde as mulheres também interiorizam e naturalizam essas concepções patriarcais, gerando sofrimentos e significados negativos à sua corporeidade. Dessa forma, a violência sexual também é abrangida pela simbólica, onde a mulher é vista apenas como objeto de satisfação.

Explanando especificidades concernentes às violências sexuais sofridas por mulheres negras e indígenas, Bina (2018) ressalta a erotização desses corpos desde o período colonial no Brasil. Ainda, quanto à intersecção entre sexualidade, gênero, classe e raça, Davis (1981/2016) aponta para um recorte histórico dos abusos sofridos pelas mulheres negras, visto que as opressões do período escravocrata refletem também nos dias atuais:

> Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmea (DAVIS, 1981/2016, p.19).

Outra problemática que afeta a vivência da sexualidade e afetividade feminina consiste nos relacionamentos abusivos, assim, faz-se evidente que o ideal de amor romântico e de mulher dedicada ao lar e ao companheiro com passividade e disciplina (pelos discursos educacionais/familiares/culturais, livros, filmes, novelas e mídia em geral) são fatores atrelados à permanência e ao silenciamento de mulheres nessa situação de violência. Com a baixa autoestima, a dependência e o estigma, a mulher pode internalizar a ideia de não ser merecedora de algo bom, aceitando e naturalizando a submissão e as agressões. Similarmente, destaca-se

que pode haver ganhos secundários advindos desses relacionamentos, pelo medo de sentir-se só e de se reestabelecer financeira e emocionalmente (FORTI; MARTINO; POSSOBON, 2018).

Ademais, os danos à saúde das vítimas, segundo os autores supracitados, podem envolver traumas, transtornos psicológicos, gravidez indesejada, aborto e infecções sexualmente transmissíveis, afetando assim a sua relação com a própria sexualidade. Logo, a Psicologia e as redes de apoio fazem-se imprescindíveis na prevenção, no acolhimento, na conscientização e na garantia de direitos dessas mulheres, explorando o empoderamento feminino.

Além disso, compreendendo outros modos de controle à vivência da identidade sexual e de gênero em sua amplitude, Bagagli (2017) formula uma crítica acerca da intersecção entre a heterossexualidade compulsória (heteronormatividade) e a cisnormatividade, onde a primeira consiste em um conjunto de instituições, compreensões e práticas que fazem a heterossexualidade ser vista como normal e coerente, o que também legitima a violência de gênero e controle da sexualidade de mulheres lésbicas e bissexuais. Por sua vez, a cisgeneridade como norma afeta também a vivência das transgeneridades, produzindo efeitos de abjeção e subalternidade por relações de poder.

As formas de violência citadas até aqui são perceptíveis no cotidiano da mulher em seu crescimento e transformações, porém, é necessário destacar as especificidades da sexualidade no processo de envelhecimento, onde faz-se notória a interação de dimensões fisiológicas, psicológicas, sociais e culturais, como afirma Fleury e Abdo (2015). Em vista disso, observa-se a existência de estereótipos negativos construídos culturalmente, referentes ao isolamento social, fragilidade, desgaste físico/mental e assexualidade, gerando tabus e negativações sociais da imagem feminina durante a velhice, prejudicada por não seguir o padrão de beleza e sensualidade juvenil, ao mesmo tempo que é ridicularizada por tentar parecer jovem (ELOI et al., 2017).

Em concordância, Fleury e Abdo (2015) frisam que o comprometimento da autoimagem e a perda de relações íntimas por viuvez ou separação podem acentuar quadros de ansiedade e depressão, afetando a vida sexual dessas mulheres que, em sua maioria, de acordo com Eloi et al. (2017), cresceram marcadas pela repressão em seu corpo, tendo a sexualidade limitada/reprimida e vivenciando o medo de serem taxadas como "promíscuas". Entretanto, apesar dos estigmas sobre o corpo da mulher idosa, faz-se imprescindível realçar a existência de avanços no processo de envelhecer na contemporaneidade, possibilitando à figura feminina autonomia e reinvenção da expressão de sua sexualidade de modo satisfatório.

Dessa maneira, é notório que com todas essas repressões do corpo, hipersexualização e violências, inclusive simbólicas, muitas mulheres apresentam dificuldades de experienciar a sexualidade de forma fluida, prazerosa e saudável, a partir disso, em alguns casos, apresentam-se também disfunções sexuais, muitas

vezes associadas a questões orgânicas ou psicológicas que abrangem tabu, falta de conhecimento e inibição cultural, religiosa, social ou familiar (VIEIRA; ZANUZZI; AMARAL, 2016).

No que concerne a resistência, de acordo com Hooks (2018), a revolução sexual feminista desafiou (e desafia) estereótipos sexistas em um movimento de luta e resistência contra essas formas de submissão. Ainda, ressalta-se que a liberdade sexual da mulher deve contemplar métodos contraceptivos confiáveis, sexo seguro e direitos reprodutivos, mas além disso, o conhecimento do próprio corpo e a integridade sexual com prazer, consentimento e respeito, e não medo, culpa ou crença de que este corpo deve estar sempre a serviço do masculino.

Corpos femininos, sexualidade, poder e Gestalt-Terapia

Abordagem gestáltica

A Gestalt-terapia surgiu no início da década de 50, a partir das reflexões de Friederich Perls que, com contribuições de Laura Perls, Paul Goodman e Ralph Hefferline, constituiu-se a partir de pressupostos filosóficos como o humanismo, o existencialismo e a fenomenologia, bem como teorias de base a psicologia da gestalt, a teoria de campo de Lewin e a teoria organísmica de Goldstein (RIBEIRO, 1985/2012). A abordagem em questão compreende o organismo em sua totalidade e em interação com o ambiente, tendo potencial, sendo consciente e responsável, construindo-se no contato (GINGER; GINGER, 1987/1995).

Para Ginger e Ginger (1987/1995), a Gestalt-terapia, além de psicoterapia, configura-se como uma filosofia existencial, uma arte de viver e refletir, sendo assim uma maneira singular de conceber as relações do ser vivo com o mundo. Isto posto, enfatiza-se a tomada de consciência da experiência atual (o aqui e agora), bem como a percepção emocional e corporal, integrando dimensões sensoriais, afetivas, intelectuais, sociais e espirituais de modo a permitir uma experiência global, um contato autêntico e um ajustamento criador do organismo no meio.

Similarmente, é imprescindível salientar a visão holística do homem, visto que:

> Denominemos esse interagir entre organismo e ambiente em qualquer função o "campo organismo/ambiente", e lembremo-nos de que qualquer que seja a maneira pela qual teorizamos sobre impulsos, instintos etc., estamos nos referindo sempre a esse campo interacional e não a um animal isolado (PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1951/1997, p.42).

Desse modo, ressalta-se alguns conceitos importantes para a abordagem gestáltica, como auto-regulação organísmica, ajustamento criativo, corpo, aqui-agora, awareness, contato e self. A auto-regulação organísmica, por sua vez, envolve a interação do organismo com o ambiente, logo, todos os seres se auto-regulam no mundo e por meio dele; por conseguinte, o ajustamento criativo configura-se como o

processo pelo qual o corpo, a partir de sua espontaneidade instintiva, encontra em si, no ambiente ou em ambos, soluções disponíveis de se auto-regular. O corpo, portanto, é a totalidade que sente, pensa, faz, fala, sendo assim um corpo-pessoa (RIBEIRO, 2006).

Sendo uma terapia experiencial, a Gestalt-terapia envolve o aqui e agora, afinal, de acordo com Perls (1988) o agora nos mantém no presente e na experiência de nós mesmos em relação com o ambiente. Ademais, segundo Alvim (2014) a awareness é um fluxo da experiência aqui-agora no contato com a novidade do outro que, através do sentir e do excitamento no campo, orienta a formação de Gestalten (configuração de sentido que emana da interação entre o organismo e o ambiente).

O contato, à sua vez, é ressaltado por Perls, Hefferline e Goodman (1951/1997) como criativo e dinâmico, visto que não pode ser rotineiro, estereotipado ou conservador, dado que tem de enfrentar o novo para ser nutritivo, caracterizando-se assim como resposta consciente no campo (como orientação e manipulação) e crescimento, que diz respeito a função da fronteira de contato no campo organismo/ambiente. Dessarte, "o contato é a awareness da novidade assimilável e comportamento com relação a esta, e rejeição da novidade inassimilável" (p.44).

Quanto aos mecanismos neuróticos, estes são ajustamentos criativos de um campo onde há repressão, havendo a interrupção do excitamento criativo e do contato (PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1951/1997). A partir disso, Polster e Polster (1973/2001) evidenciam que as pessoas administram sua energia para obter um bom contato com seu ambiente ou resistir ao contato, logo, existem, para os autores, cinco canais principais de interação resistente: introjeção, projeção, retroflexão, deflexão e confluência.

De acordo com Perls (1942/2002), a interrupção do contato acontece tanto na psicose como na neurose, sendo esta última uma evitação, podendo ser individual ou coletiva, posto que o controle exigido socialmente contempla a desvitalização e enfraquecimento da personalidade. Ainda, considerando a função "campo organismo/ambiente", a abordagem gestáltica notabiliza que as instituições sociais presentes na cultura permeiam jogos de poder que implicam o alinhamento dos corpos às normas coercitivas, por conseguinte, não proporcionam a satisfação e o crescimento necessário, havendo a inibição dos desejos e da sexualidade, bem como a privação de contato, afeto, espontaneidade e satisfação animal (PERLS, HEFFERLINE; GOODMAN, 1951/1997).

Com isso, torna-se notória também a influência das reflexões de Reich (1927/1975) para a Gestalt-terapia, tendo em vista que este enfatiza que, no campo social, a descarga (satisfação) de excitação/energia encontra-se bloqueada, contemplando angústia, fixação e mecanismos neuróticos que fazem-se presentes na política, educação, guerras e casamento, que pressupõem uma vida ordenada, cristalizada e inibida pela ideologia social. Desse modo, em seus estudos sobre a ontologia gestáltica de Paul Goodman, Belmino (2017) aponta que os ajustamentos

neuróticos, ainda que abranjam rigidez, configuram-se como respostas criativas e de resistência política aos modelos sociais coercitivos, que por sua vez prejudicam o funcionamento animal e interpessoal, assim como o contato, a excitação e a espontaneidade.

Em relação ao self, sua teoria será explanada a seguir, em correlação com a perspectiva da clínica do sofrimento.

Sofrimento ético, político e antropológico relacionados à violência e ao poder sobre os corpos femininos

O self consiste em um sistema de contatos, variando com as necessidades orgânicas dominantes e os estímulos ambientais presentes, sendo o sistema de respostas e a fronteira-de-contato em funcionamento, formando figuras e fundos (PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1951/1997). A teoria do self, dessa maneira, fundamenta-se nas seguintes funções: Id (isso da situação), Ego (função de ato) e Personalidade (alienação ao outro social), sendo estes uma apresentação psicológica dos processos interacionais que constituem os ajustamentos criativos produzidos no contato: awareness sensorial, awareness deliberada e awareness reflexiva. Além disso, as três funções do sistema self se apresentam concomitantemente, fundamentando também o sentido ético, político e antropológico, como realça Müller-Granzotto e Müller-Granzotto (2012).

> O Id é o fundo determinado que se dissolve em suas possibilidades, incluindo as excitações orgânicas e as situações passadas inacabadas que se tornam conscientes, o ambiente percebido de maneira vaga e os sentimentos incipientes que o conectam o organismo e o ambiente. O Ego é a identificação progressiva com as possibilidades e a alienação destas, a limitação e a intensificação do contato em andamento, incluindo o comportamento motor, a agressão, a orientação e a manipulação. A Personalidade é a figura criada na qual o self se transforma e assimila ao organismo, unindo-a com os resultados de um crescimento anterior (PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1951/1997, p.184).

Quanto à função personalidade, especificamente, acentua-se que esta é entendida por Müller-Granzotto e Müller-Granzotto (2012) como um conjunto de representações que estabelecem o outro social que, junto ao mesmo, experimentamos nossa identidade, abarcando assim a moral, as instituições e os valores éticos. Nesse sentido, tendo em vista que não há nenhuma identidade estática, natural ou dada, é cônscio que a dimensão de gênero e sexualidade tem grande influência do sociocultural (aqui, salienta-se a presença do patriarcado, da cultura machista e das esferas de opressão, controle e poder), assim, a violência de gênero engloba um quadro de sofrimento ético-político-antropológico, concernente às vulnerabilidades nas funções id, ego/ato e personalidade. Nota-se uma vulnerabilidade antropológica que reside na ausência de uma imagem social de inclusão, aceitação e respeito, havendo um ataque às representações políticas e aos

valores antropológicos, isto posto, o ajustamento criador se faz presente em discretos pedidos de socorro e solidariedade, denominados ajustamentos de inclusão (SANTANA; BELMINO, 2017).

Com isso, ressalta-se há uma dominação no campo político para além do plano macroeconômico, mas também o poder midiático dos dispositivos de saber que controlam os corpos cotidianamente no campo biopolítico, como se os mesmos devessem se vestir, se alimentar, votar, se divertir e amar de acordo com os interesses dos representantes da cultura dominante, em sua maioria homens brancos heterossexuais. O outro social dominador fundamentado por Foucault consiste na estrutura de produção de riqueza a partir do consumo e apropria-se dos desejos e representações sociais dos sujeitos dominados, como as vítimas de violência de gênero, racial e homofóbica (MÜLLER-GRANZOTTO; MÜLLER-GRANZOTTO, 2012).

Em vista disso, o significante "política" se relaciona com a ação dos sujeitos de ato para sintetizar as representações sociais disponíveis e hábitos (excitamentos) desencadeados pelas contingências sociais, então, diante dos apontamentos dos autores supracitados acerca do self, é evidente que o sofrimento político perpassa a violência contra as mulheres, seus corpos e suas sexualidades, dado que essa violência é inibidora e engloba uma vulnerabilidade na função ego/ato no campo, onde as relações de poder e os discursos de opressão impedem a atuação livre dessa função, gerando sofrimento de ordem política que contempla um efeito de imobilidade feminina, tornando-se assim imprescindível abarcar a resistência também na clínica gestáltica, acompanhando a recuperação de possibilidades de ação e criação, considerando que a função ato está sempre em movimento de criação. Portanto, ações de enfrentamento são indícios de autonomia.

Isto posto, é notório que os modos de criação também se fazem presentes como resistência, assim, Belmino (2014) pontua a significância da ética gestáltica fundamentada por Paul Goodman, visto que, apesar das cristalizações e relações de poder adoecedoras, as funções organísmicas sempre estão buscando novas direções para sobreviver e criar.

Manejo clínico para com mulheres em situação de violência

Seja individualmente, em grupos e em qualquer modalidade, inclusive na esfera das políticas públicas, a Gestalt-terapia abarca, segundo Yontef (1993/1998), o método fenomenológico de awareness, onde consulentes e terapeutas dialogam, de forma que o objetivo é tornar os primeiros conscientes (aware) do que e como estão fazendo/sentindo e como podem transformar-se e aceitar-se, focalizando assim o processo, baseando-se no holismo e na Teoria de Campo.

À vista disso e da explanação da teoria do self, faz-se importante compreender a totalidade, considerando as normas sociais e culturais vigentes na sociedade patriarcal que ecoam nos modos de contatar o mundo e vivenciar o gênero e a

sexualidade na fronteira de contato. Ademais, é primordial que o organismo compreenda suas reais necessidades e busque ajustamentos criativos para além de respostas fixas/rígidas/disfuncionais (LOUZEIRO, 2018). Consonante a isso, Ferraz e Sousa (2018) ressaltam o valor da reestruturação da fronteira de contato, bem como a integração do self e da personalidade no setting terapêutico.

Assim sendo, torna-se necessário que as práticas clínicas não se configurem como agentes de cristalização dessa cultura de controle pela mera aplicação de metapsicologia. Logo, a intervenção clínica jamais pode ignorar o papel dos demandantes e dos dispositivos de poder e o clínico deve englobar o suporte e o acompanhamento às funções do self e ao sofrimento ético, político e antropológico (MÜLLER-GRANZOTTO; MÜLLER-GRANZOTTO, 2012).

Em relação ao sentido ético, segundo os autores supracitados, o clínico deve perceber as formas pelas quais outrem se manifesta; no sentido político, auxiliar a construção de desejos, considerando que o desvio para a função política é crucial nos espaços de atuação, uma vez que as questões políticas são as que com mais frequência levam as consulentes a buscar o atendimento, afinal, vivemos em uma cultura atravessada por relações políticas; no antropológico, deve ser o cuidador e interlocutor solidário no compartilhamento de valores, sentimentos, pensamentos e instituições que configuram a identidade social das consulentes, em um trabalho clínico de cuidado em situações de vulnerabilidade antropológica que vai muito além dos consultórios, auxiliando-as a reencontrarem em si a disponibilidade para pedir ajuda e inteirar-se do que quer e pode fazer.

De acordo com Pimentel e Castro (2019), em seu estudo sobre mulheres, especificamente negras e lésbicas, as intervenções clínicas gestálticas favorecem a atualização da autocompreensão e o desvelamento dos jogos de poder que as clientes vivenciam na cultura, sendo assim, a criatividade torna-se uma estratégia de ampla relevância para o enfrentamento existencial frente às condições de subalternidade que afetam as mulheres. Nesse aspecto, acolher, vincular e fortalecer o contato pleno e os ajustamentos criativos torna-se imprescindível para a autoestima e a apropriação do próprio corpo em um movimento de autorregulação organísmica. Tendo consciência de si mesma, engajando-se no próprio viver, a mulher pode restaurar o equilíbrio e a saúde, assim, redes de apoio pessoais, sociais e profissionais são cruciais para o crescimento.

Conforme Zembrzuski (2016), dado que as pessoas e o mundo estão em transformação contínua, a criatividade e a contemplação do aqui e agora são fundamentais, de modo que o processo ocorre por meio do ajustamento criativo e do contato com o novo. Um indivíduo, mesmo adoecido, tende a buscar equilíbrio e tem sabedoria de tentar se autorregular através da relação organismo/ambiente, assim, acreditando na autorregulação das mulheres, a abordagem gestáltica deve estar comprometida em sua teoria e práxis com a desconstrução de pensamentos dicotômicos e que geram desigualdades.

Dessa maneira, no contexto contemporâneo, onde a mulher assume diversos papéis e sofre inúmeras violências, a mesma encontra uma composição de sentimentos e desejos ambivalentes, então, o trabalho da Gestalt-terapia, pautado na escuta, no cuidado e no acolhimento ético, configura-se como uma possibilidade de acompanhar a mulher de modo que esta recupere possibilidades de ação e enfrentamento, assim como convidá-la a conhecer e integrar suas polaridades e sua personalidade, proporcionando uma relação mais saudável, construtiva e prazerosa consigo e com o mundo a partir da ampliação da awareness e do estabelecimento de relações mais funcionais em resistência aos jogos de biopoder (GUSMÃO, 2014).

Considerações finais

Portanto, é cônscio que a violência contra as mulheres se faz presente em diversas esferas, como a psicológica, física, sexual, patrimonial e moral, contemplando uma dimensão de poder e dominação sobre o gênero feminino e seus corpos em um contexto social, cultural, histórico, econômico, político e simbólico que afeta a vivência das mulheres frente ao patriarcado e a intersecção entre gênero, classe e raça a partir de dispositivos e relações de poder que visam a docilidade e utilidade do feminino (TELES; MELO, 2002).

Nesse contexto, com a presente pesquisa tornou-se notório que o biopoder abarca efeitos normatizadores e de submissão para com as mulheres, seus corpos e sua sexualidade em todas as fases do desenvolvimento, de modo a torná-las e mantê-las dóceis e como propriedade do masculino. Ainda, acentua-se a imposição repressiva na educação, família e sociedade, que retrata um pensamento sexista para com esses corpos, abrangendo a dicotomia de inibição (pureza) e hipersexualização/erotização (impureza), bem como ideais de amor romântico, heterossexualidade compulsória, cisnormatividade e outras problemáticas que afetam essa vivência.

Contudo, corroborando com os fundamentos de Hooks (2018), salienta-se que há um amplo movimento de resistência sendo construído historicamente, de modo a produzir espaços de luta por direitos, liberdade e afirmação da vida, assim como o conhecimento do próprio corpo e experiências das suas sexualidades de forma genuína, sem culpa ou medo, mas com prazer e consentimento.

Em relação à leitura da Gestalt-terapia, evidencia-se que a abordagem em questão contempla o holismo e a relação organismo/ambiente, à vista disso, compreendendo a teoria do self, a violência contra os corpos femininos envolve o sofrimento ético, político e antropológico, considerando a interação dos mesmos com o sociocultural que, por sua vez, é marcado por relações de poder, bem como uma cultura machista e patriarcal repleta de cristalizações e inibição de desejos (MÜLLER-GRANZOTTO; MÜLLER-GRANZOTTO, 2012; SANTANA; BELMINO, 2017). Entretanto, o organismo está sempre buscando novas formas de sobreviver e criar (BELMINO, 2014).

Assim sendo, em concordância com Gusmão (2014), aponta-se que o manejo clínico gestáltico visa fortalecer o contato nutritivo, bem como os ajustamentos criativos, acreditando na autorregulação no aqui e agora, de modo a contemplar o acolhimento ético-político, possibilitando à mulher uma relação mais saudável consigo mesma através da ampliação da awareness e das possibilidades de ação e identificação. Similarmente, torna-se fundamental o suporte e cuidado para com as funções do self, a partir de uma implicação profissional não-normativa.

Além disso, é imprescindível considerar as mulheres em sua pluralidade, visto que a discussão frente às questões de gênero é ampla e inacabável, devendo ser cada vez mais explorada para incluir as diversidades, especificidades e aproximações das vivências e lutas femininas. Por fim, enfatiza-se a escassez de produções teóricas acerca das discussões de gênero e sexualidade a partir da ótica da Gestalt-terapia, tornando-se imprescindível a realização de novos estudos que contemplem a temática de modo a contribuir no campo teórico e prático da mesma.

REFERÊNCIAS

ALVIM, M. B. Awareness: experiência e saber da experiência. In: FRAZÃO, L. M.; FUKUMITSU, K. (orgs.). **Gestalt-Terapia:** conceitos fundamentais. V. 2. São Paulo: Editora Summus, 2014. p.13-30.

ARAÚJO, T. G. Gênero e educação: Discutindo a docilização dos corpos infantis. In: V Encontro Nacional de Pesquisa e extensão em direitos humanos e fundamentais da UESC, 5., 2014, Santa Cruz. **Anais...** Santa Cruz: UESC, 2014. Disponível em: http://www.redireito.org/wp-content/uploads/2015/03/ARA%C3%9AJO.pdf.

BAGAGLI, B. P.Orientação sexual na identidade de gênero a partir da crítica da heterossexualidade e cisgeneridade como normas. **Letras escreve**, Amapá, v. 7, n. 1, p.137-164, 2017. Disponível em: https://periodicos.unifap.br/index.php/letras/article/view/3073.

BARCELLOS, L. V. Biopoder, gênero e sexualidade: Breves considerações sob a perspectiva de Michel Foucault. I Congresso Nacional de Biopolítica e Direitos Humanos, 1., 2018, Rio Grande do Sul. **Anais...** Rio Grande do Sul: UNIJUÍ, 2018. Disponível em: https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/conabipodihu/article/view/9350.

BEAUVOIR, S. **O Segundo sexo:** fatos e mitos; tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.

_____. **O Segundo Sexo:** a experiência vivida; tradução de Sérgio Millet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.

BELMINO, M. C. B. **A ontologia gestáltica de Paul Goodman e seus desdobramentos clínicos, políticos e educacionais: Gestalt-Terapia, anarquia e desescolarizaçã***o.* 1. ed. Rio de Janeiro: Via Verita, 2017.

_____. Paul Goodman e o projeto do livro Gestalt Therapy. **Revista IGT na Rede**, v. 11, n. 20, p.120-142, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/igt/v11n20/v11n20a08.pdf.

BINA, I. S. **Violência contra mulher e o Serviço Social:** O trabalho intersetorial no atendimento. 2018. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - União Metropolitana de Educação e Cultura - UNIME, Itabuna, 2018. Disponível em: https://repositorio.pgsskroton.com.br/bitstream/123456789/21270/1/ILDINEVES_SANTOS_BINA_TCC%20pronto-final%20-%20Copia.pdf.

BRASIL. Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996. Promulga a Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, concluída em Belém do Pará, em 09 de junho de 1994. **Diário Oficial da União***,* 1996.

BRASIL. **Lei Maria da Penha***.* Lei N.°11.340, de 7 de Agosto de 2006.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais***.* Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 52 p.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**; tradução de Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

ELOI, J. F. et al. Intersecções entre envelhecimento e sexualidade de mulheres idosas. **Saúde e Transformação Social**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p.61-71, 2017. Disponível em: http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeetransformacao/article/view/4196.

FERRAZ, C. S.; SOUSA, F. B. Violência doméstica contra a mulher: Um olhar da Gestalt-terapia. **Revista Conexão Eletrônica,** Mato Grosso do Sul, v. 15, n. 1, p.1721-1735, 2018. Disponível em: http://revistaconexao.aems.edu.br/edicoes-anteriores/2018/2018/ciencias-sociais-aplicadas-e-ciencias-humanas-6/?page=16&offset=75.

FLEURY, H. J.; ABDO, C. H. N. Sexualidade da mulher idosa. **Diagn Tratamento**, v. 20, n. 3, p.117-20, 2015. Disponível em: http://www.apm.org.br/imagens/Pdfs/revista-145.pdf#page=37.

FORTI, B.; MARTINO, M. F.; POSSOBON, R. F. S. **Dependência emocional de mulheres e a permanência em relacionamentos abusivos***.* 2018. 39 f. Trabalho

de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Faculdade de Americana, São Paulo, 2018. Disponível em: http://aplicacao.vestibularfam.com.br:881/pergamumweb/vinculos/000015/0000152d.pdf.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir***:* nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. 27 ed. Petrópolis: Vozes, 1987. 288 p.

_____. **História da sexualidade** *I*: A vontade de saber; tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. 149 p.

GALHERA, K. M.; MASO, T. **Abertura do dossiê: feminismos, gênero e relações internacionais***.* Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Mato Grosso do Sul, v. 6, n. 11, 2017. Disponível em: http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/6899.

GINGER, S.; GINGER, A. **Gestalt: uma terapia do contato**. 4 ed. São Paulo: Summus, 1995.

GUIMARÃES, J. S. "As meninas hoje tão muito soltas": os discursos institucionais que fundamentam o processo de regulação moral. **Pro-posições***,* São Paulo, v. 30, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/pp/v30/1980-6248-pp-30-e20170105.pdf.

GUSMÃO, L. V. N. As polaridades do feminino na contemporaneidade e a depressão pós-parto: uma visão gestáltica. **IGT na rede**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p.308-321, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-25262014000200006.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo:** políticas arrebatadoras [recurso eletrônico]; tradução Ana Luiza Libânio. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: BUARQUE DE HOLLANDA, H. (Org.). **Tendências e Impasses**: O Feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p.206-242.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. 6 ed. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2003. 179 p.

LOUZEIRO, T. C. P.**As interfaces entre masculinidade e violência contra a mulher***:* Uma perspectiva Gestáltica. 2018. 68 f. Monografia (Graduação em Psicologia) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018. Disponível em:

https://rosario.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/2344/1/Teresa%20Cristina%20Pereira.pdf.

MINAYO, M.C.S. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde individual e coletiva. In: NJAINE, K. et al (org.). **Impactos da violência na saúde**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. p.21-42.

MONTES, A. M. A sexualização de meninas no universo da publicidade infantil brasileira. **Revista Eletrônica de Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)***,* Dossiê Consumo e Vulnerabilidade: a proteção jurídica dos consumidores no século XXI, v. 03, n. 1, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/revistadireito/article/view/11952.

MÜLLER-GRANZOTTO, M. J; MÜLLER-GRANZOTTO, R. L. **Clínicas gestálticas:** o sentido ético, político e antropológico da teoria do self. São Paulo: Summus, 2012.

NUNES, C. A. **Desvendando a sexualidade**. 7 ed. Campinas, São Paulo: Papirus Editora, 2005.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Violência contra a mulher***:* Estratégia e plano de ação para o reforço do sistema de saúde para abordar a violência contra a mulher. 54.° Conselho diretor. 67.ª Sessão do comitê regional da OMS para as Américas, Washington, Estados Unidos, 2015. Disponível em: http://iris.paho.org/xmlui/bitstream/handle/123456789/18386/CD549Rev2_por.pdf?sequence=9&isAllowed=y.

PEREIRA, A. A. N.; CARDOSO, A. C. A. The handmaid's tale e the children of men: Biopoder e o controle do corpo feminino nos romances e suas respectivas adaptações. In: Anais do IX Sappil – Estudos de Literatura, 1., 2018, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFF, 2018. Disponível em: http://www.anaisdosappil.uff.br/index.php/IXSAPPIL-Lit/article/view/1098/737.

PERLS, F. **Ego, fome e agressão**: Uma revisão da teoria e do método de Freud; tradução de Georges Boris. São Paulo: Summus, 2002.

PERLS, F.; HEFFERLINE, R.; GOODMAN, P.**Gestalt-Terapia**. São Paulo: Summus, 1997.

PIMENTEL, A.; CASTRO, E. H. B. Ajustamento criativo e enfrentamento a subalternidade por mulheres negras e lésbicas. **Revista PsicoFAE**: Pluralidades em Saúde mental, v. 8, n. 1, p.113-126, 2019. Disponível em: https://revistapsicofae.fae.edu/psico/article/view/238.

POLSTER, E.; POLSTER, M. **Gestalt-terapia integrada**; tradução de Sonia Augusto. São Paulo: Summus, 2001.

REICH, W. **A função do orgasmo**: Problemas econômico-sexuais da energia biológica; tradução de M. G. Novak. 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 1975.

RIBEIRO, J. P.**Gestalt-terapia**: Refazendo um caminho. 8 ed. São Paulo: Summus, 2012.

_____. **Vade-mécum de Gestalt-terapia**: Conceitos básicos. São Paulo: Summus, 2006.

SANTANA, J. R. S.; BELMINO, M. C. B. Identidades de gênero na perspectiva da teoria do self: uma leitura "gestáltica" acerca da sexualidade na contemporaneidade. **Revista IGT na Rede**, v. 14, n. 27, p.136-162, 2017. Disponível em: http://www.igt.psc.br/ojs/viewarticle.php?id=599.

SANTANA, L. M. Feminismo e pornografia: distanciamentos e aproximações possíveis. In: RUBIM, L. S. O. (Org**.). MIRADAS - Gênero, Cultura e Mídia**. 1 ed. Salvador: EDUFBA, 2014, p.01-171.

STREY, M. N. **Gênero, Família e Sociedade.** In: SILVA NETO, J. A.; STREY, M. N.; HORTA. R. S. Família e Gênero. 1. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. p.17-38.

TEDESCHI, L. A.; TEDESCHI, S. L. A História das Mulheres (séc. XX - XXI): entre poder, resistência e subjetivação. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 26, p.508-529, 2019. Disponível em: http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180311262019508.

TELES, M. A. A.; MELO, M. **O que é violência contra a mulher.** 1 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.

VIANA, A. J. B.; SOUSA, E. S. S. O poder (in)visível da violência sexual: abordagens sociológicas de Pierre Bourdieu. **Revista de Ciências Sociais,** Fortaleza, v. 45, n. 2, p.155-183, 2014. Disponível em: http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/2506.

VIEIRA, E. D.; ZANUZZI, T. R. L.; AMARAL, G. A. As relações sociais de gênero como obstáculos para a vivência da sexualidade feminina. **Perspectivas em Psicologia**, v. 20, n. 2, p.65-85, 2016. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/perspectivasempsicologia/article/view/37216/19664.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. 2 ed. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.35-82.

WITZEL, D. G. Discurso, história e corpo feminino em antigos anúncios publicitários. **Alfa**, São Paulo, v. 58, n. 3, p.525-539, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/alfa/v58n3/1981-5794-alfa-58-03-00525.pdf.

WOOLF, N. **O Mito da Beleza**: Como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres; tradução de Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1992.

YONTEF, G. M. **Processo, diálogo e awareness:** ensaios em Gestalt-terapia**;** tradução de Eli Stern. 2 ed. São Paulo: Summus, 1998.

ZEMBRZUSKI, F. S. **Violência doméstica no enfoque da Gestalt-terapia:** estudo de caso numa trama cinematográfica. 2016. 88 f. Monografia (Graduação em Psicologia) - Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/10346/1/21239777.pdf.

Endereço para correspondência

Lindalva Jéssyka de Oliveira Andrade
E-mail: jessykaandradepsi@gmail.com

Jéssica Queiroga de Oliveira
E-mail: jessicaqueiroga@leaosampaio.edu.br

Leda Mendes Pinheiro Gimbo
e-mail: ledampinheiro@gmail.com

Recebido em: 31/03/2020

Aprovado em: 31/12/2022